ROGERIO GOMES DA COSTA

CONFLITOS RECENTES NA AMÉRICA LATINA E SUA RESOLUÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais.

Brasília
2011

ROGERIO GOMES DA COSTA

CONFLITOS RECENTES NA AMÉRICA LATINA E SUA RESOLUÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.ª Maria Helena de Castro Santos

Brasília

2011

RESUMO

A América Latina pode ser considerada com uma das mais estáveis regiões do mundo, apesar de ter em seu passado um histórico de guerras sangrentas e episódios dramáticos onde ameaças retóricas e diplomacia foram substituídas pelo uso da força. No entanto, considerando o espectro do conflito num contexto mais amplo, não resumindo-o somente ao conflito armado, ou a guerra, verifica-se que o continente ainda convive com as crises, capazes de provocar rupturas no ordenamento político-institucional dos Estados e de provocar uma escalada na direção do conflito armado. Analisar como se desenvolvem os conflitos na América Latina e os mecanismos utilizados em sua resolução é o propósito do presente trabalho de monografia.

Palavras chave: Conflito, Crise, Guerra, Resolução do Conflito

ABSTRACT

Latin America can be considered as one of the most stable regions of the world, despite its past has a history of bloody wars and dramatic episodes where rhetoric threats and diplomacy have been replaced by the use of force. However, considering the spectrum of conflict in a broader context, not limited only to armed conflict or war, it seems that the continent still lives with the crisis that can cause disruptions to the political-institutional ordainment of States and to provoke an escalation towards armed conflict. To analyze how conflicts develop in Latin America and the mechanisms used in its resolution is the purpose of this thesis monograph.

Keywords: Conflict, Crisis, War, Conflict Resolution

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Espectro do Conflito 14

FIGURA 2 Gráfico de Evolução da Crise Internacional 15

FIGURA 3 Gráfico de Evolução da Crise Interna 17

FIGURA 4 Espectro da Guerra 20

FIGURA 5 Escala dos Tipos de Intervenção 23

FIGURA 6 Conflitos Globais de Baixa, Média e Alta Intensidade de1945 a 2010 25

FIGURA 7 Conflitos Globais Intra e Interestatais de 1945 a 2010 25

FIGURA 8 Distribuição de todos os Conflitos em 2010 por Região e Tipo de Intensidade 26

FIGURA 9 Causas do Conflito em 2010 nas Américas, por Grupos de Intensidade 27

FIGURA 10 Conflitos na América Latina de 1991 a 2009 31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 07

2. O ESTADO NACIONAL, O CONFLITO E SUA RESOLUÇÃO 10

3. CONFLITOS NA AMÉRICA LATINA 24

4. ESTUDO COMPARADO DE CASOS 33

4.1 O CONFLITO EQUADOR-PERU DE 1995 33

4. 2 A CRISE INSTITUCIONAL NO PARAGUAI - ABRIL DE 1996 36

4.3 A CRISE INSTITUCIONAL NA VENEZUELA - ABRIL DE 2002 41

5. CONCLUSÃO 48

REFERÊNCIAS 50

ANEXO A CONFLITOS NAS AMÉRICAS EM 2010 54

1. INTRODUÇÃO

A América Latina pode ser considerada com uma das mais estáveis regiões do mundo, apesar de ter em seu passado um histórico de guerras sangrentas e episódios dramáticos onde ameaças retóricas e diplomacia foram substituídas pelo uso da força.

A América Latina destaca-se, hoje, como uma das regiões mais pacíficas do mundo, com baixos índices de despesas militares e onde, pelo menos por enquanto, não há risco de guerra iminente. Região na qual a maioria dos países estão com seus equipamentos bélicos em acelerado estado de obsolescência, sem previsão de substituição, pelo menos, a curto e médio prazos.

No entanto, considerando o espectro do conflito num contexto mais amplo, não resumindo-o somente ao conflito armado, ou a guerra, verifica-se que o continente ainda convive com as crises, capazes de provocar rupturas no ordenamento político-institucional dos Estados e de provocar uma escalada na direção do conflito armado.

No contexto da América do Sul, este quadro tem sido observado desde as últimas décadas do século XX, consequência das profundas mudanças políticas e econômicas por que passa a região, em razão de seu processo de redemocratização e de liberalização econômica. Como resposta à agenda neoliberal, hegemônica durante os anos 1990, novos líderes e governos surgiram na virada de século com tendências mais nacionalistas e à esquerda do espectro político. Tal fato contribuiu para agravar as tensões políticas no continente, evidenciando a relativa fragilidade nas suas estruturas democráticas.

Adicionalmente, as questões ligadas ao narcotráfico e aos movimentos revolucionários de igual maneira contribuem com o agravamento das tensões internas na região, e por vezes, extrapolam os limites dos Estados nacionais, causando o temor de conflitos inter-estatais.

O presente trabalho tem como tema “Conflitos Recentes na América Latina e sua Resolução”. Ele conduz à análise da teoria realista das relações internacionais; a teoria geral do conflito; o desenvolvimento das crises; as formas de resolução do conflito; e os conflitos na América Latina, ao mesmo tempo em que faz uma análise comparada de três conflitos ocorridos em passado recente, na tentativa de verificar o seu desenvolvimento e mecanismos utilizados para a sua resolução, identificando as diferentes variáveis envolvidas.

Para tal, este trabalho é realizado com base em pesquisa qualitativa e exploratória, delineada por dados fornecidos em fontes bibliográficas e documentais e tem o argumento de que os organismos internacionais regionais e a atuação de lideranças políticas locais têm contribuído com mais frequência para a resolução dos conflitos na região. Aliado a este fato, a opinião pública tem tido um destacado papel na resolução dos conflitos internos. Destaca-se, ainda, a relevância do papel exercido pelo Brasil na mediação dos conflitos e dos Estados Unidos da América (EUA) nas questões referentes às crises internas e internacionais na América Latina.

Para demostrar este argumento, o primeiro capítulo é destinado a analisar a ampla faixa de abrangência que tem o conflito e formas de sua evolução, tanto no contexto de uma crise interna, quanto no de uma crise internacional e mecanismos utilizados para sua resolução.

O segundo capítulo examinará o conflito na América Latina a partir do ano de 1991, como forma de entendimento de sua dinâmica, procurando situá-los no contexto do panorama dos conflitos mundiais, identificando suas causas e a atuação dos organismos regionais e de demais países do continente na resolução de conflitos

Com o terceiro capítulo pretende-se, por meio de uma análise comparada, estudar três casos (conflito armado Equador-Peru, de 1995; crise institucional no Paraguai, em 1996; e crise institucional na Venezuela, em 2002), procurando identificar a dinâmica de suas evoluções, desde o quadro de normalidade político-institucional até o seu agravamento e as diversas

variáveis presentes, bem como os mecanismos utilizados para sua resolução, sejam eles internos ou externos.

É um trabalho que devido às suas limitações, não tem a pretensão de esgotar o assunto. Seu aprofundamento é importante na medida em que, uma vez compreendidas as causas geradoras de conflitos na América Latina, se possa aprimorar e fortalecer os mecanismos utilizados na sua prevenção e na sua resolução.

2. O ESTADO NACIONAL, O CONFLITO E SUA RESOLUÇÃO

Numa visão realista das relações internacionais, a política internacional do mundo contemporâneo é formado por um sistema anárquico, composto por Estados relativamente coesos que não têm um poder superior acima deles. Como denominado por Hobbes, neste sistema, o estado da natureza normal é uma guerra de todos contra todos, devido a inexistência de um ente mais elevado para impor a ordem.

Nye (2002) observa que a conseqüência disto é a existência de diferenças legais, políticas e sociais entre a política interna e a internacional. O direito nacional quase sempre é obedecido. Se não o for, o Estado, por intermédio de seus agentes, impõem sanções contra os transgressores, pois ele detém o monopólio sobre o uso da força. O direito internacional, por outro lado, apóia-se em sistemas legais concorrenciais, onde não existe uma imposição comum de uma polícia internacional para impor a lei, uma vez que ninguém detém o monopólio sobre o uso da força. Como os Estados são heterogêneos com relação ao seu poder, existe sempre o perigo de que os mais fortes possam recorrer ao uso da força. Isso gera um ambiente de desconfiança e de suspeita entre eles.

No sentimento de comunidade num ambiente desta natureza, em uma sociedade interna existe um sentimento partilhado comum gerador de lealdades, padrões de justiça e concepções comuns sobre o que é a autoridade legítima. Na política internacional essas mesmas lealdades não são compartilhadas, sendo fraco o sentimento de uma comunidade global. Nesse contexto, as pessoas tendem a colocar seus interesses e a justiça nacional à frente da internacional.

Assim, segundo Fukuyama (2005) o monopólio do poder legítimo exercido pelos Estados possibilita que os indivíduos escapem, internamente, da visão hobbsesiana da “guerra de todos os homens contra todos os homens”, mas no nível internacional serve como base para os conflitos.

É nesse contexto que se procura explicar neste capítulo a dinâmica dos

conflitos a nível da política interna e internacional dos Estados, para que nos capítulos subsequentes se possa compreender como essa dinâmica se manifesta na América Latina e mecanismos utilizados para a sua resolução.

Jackson e Sorensen (2007) definem o sistema estatal como relações entre agrupamentos humanos organizados politicamente em territórios distintos e que não estão sujeitos a nenhum poder ou autoridade superior, desfrutando e exercendo uma certa independência entre eles. Nessa quadro, o Estado é uma entidade complexa. Internamente, cinco são os valores sociais básicos ao ser humano defendidos, protegidos e garantidos pelos Estados: segurança, liberdade, ordem, justiça e bem-estar. Evidentemente, outras organizações sociais, além do estado, podem assumir tal responsabilidade: como a família, o clã ou as organizações étnicas ou religiosas. Contudo, no mundo contemporâneo é o Estado a principal instituição a cumprir a função de garantidor desses valores sociais básicos.

Segundo Jackson e Sorensen (2007) a grande maioria dos países que compõem o sistema internacional tem comportamento amistoso, não ameaçador e pacífico, entretanto, alguns deles podem ser hostis e agressivos. Nesse contexto, com a ausência de um governo mundial para coagi-los, constitui-se um desafio básico e antigo para o sistema estatal: a segurança nacional. Consequentemente, para lidar com esta questão, a maioria dos estados possui Forças Armadas. Por isso, o poder militar é considerado uma condição essencial para que os Estados possam coexistir e se relacionar uns com os outros sem serem intimidados ou subjugados.

Jackson e Sorensen (2007) assinalam que a segurança é certamente um dos valores fundamentais das relações internacionais entre Estados. É dever do estado financiar a segurança e proteger seus cidadãos com relação a ameaças internas e externas. Por essa razão, vive-se em um mundo em que quase todos os países estão armados, ainda que muitos deles minimamente. Os Estados estão em constante busca de construir e manter uma balança de poder militar de forma a garantir que nenhuma grande potência consiga alcançar uma posição hegemônica de dominação total, com base na

intimidação, na coerção ou no uso absoluto da força. É a segurança do Estado e a sua sobrevivência o núcleo normativo do realismo.

O Estado é o elemento essencial para a vida de seu cidadãos, para garantir os meios e condições da segurança e do bem-estar. O interesse nacional é o árbitro final para julgar a política externa. O fato de que todos os estados devem seguir o próprio interesse nacional significa que não é possível confiar completamente em outros países e governos. Por essa razão, os acordos internacionais são provisórios e condicionais e os Estados os cumprem de acordo com sua vontade e disposição.

Nessa ótica, de acordo com Jackson e Sorenson (2007) as relações internacionais apresentam as seguintes idéias e premissas básicas: (1) uma visão pessimista da natureza humana; (2) uma convicção de que as relações internacionais são necessariamente conflituosas e os conflitos internacionais são, em última análise resolvidos por meio da guerra; (3) apreciação pelos valores da segurança nacional e da sobrevivência estatal; (4) ceticismo básico com relação à existência de um progresso comparável ao da vida política nacional no contexto internacional.

Os meios e os usos do poder são uma preocupação central da atividade política dos Estados. Nesse sentido, a política internacional é uma “política de poder”: uma arena de rivalidade, conflito e guerra entre Estados nos quais os mesmos problemas básicos de defender seu interesse nacional e garantir sua sobrevivência contínua se repetem várias vezes e o principal objetivo da política externa dos Estados é defender os seus interesses na política mundial.

É nesse ambiente hostil das políticas interna e internacional dos Estados em que ocorrem os enfrentamentos próprios dos seres humanos, denominados conflitos.

O conflito pode ser definido, segundo Julien Freund (1967 apud RAYA, 1999, p. 37)[1] como:

> um enfrentamento intencional entre dois seres ou grupos da mesma

[1] FREUND, Julien. Max Weber. Paris: Universitaire de France, 1969

> espécie que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico.

Esta mesma visão é compartilhada por L. Coser (1956 apud COUTO, 1988, p. 100) que define o conflito como: [2]

> afrontamento em torno de valores e de reivindicações relativas a recursos, estatutos, direitos ou poder, em que cada um dos oponentes visa neutralizar, causar danos ou eliminar o seu adversário.

O conflito possui uma ampla faixa de abrangência que vai do enfrentamento entre indivíduos ou grupo de indivíduos dentro do Estado ou entre Estados ou grupos de Estado. Considera-se o conflito uma interação entre seres humanos, do qual não está abrangido o ambiente físico, que pressupõe um enfrentamento intencional manifestado por uma vontade hostil de causar danos ou prejuízos ao adversário.

É necessário não confundir hostilidade com agressividade. Esta é um instinto natural que, como todo instinto, está a serviço da conservação da vida ou da espécie. Dessa forma, pode existir agressividade sem hostilidade e, consequentemente, de acordo com o quadro conceitual exposto, sem conflito. A agressividade refere-se apenas a seres individuais e não a grupos; é uma disposição natural, de características mais ou menos permanentes, enquanto a hostilidade manifesta-se numa determinada situação, mas pode atenuar-se, agravar-se ou desaparecer, pelo que é de natureza transitória.

No conflito, a hostilidade não se manifesta apenas ou necessariamente, pela violência física, podendo evidenciar-se por outras formas variadas (econômicas, psicológicas, diplomáticas etc).

Em geral, um conflito seja ou não armado, é uma situação em que se ameaça com o uso da força militar ou se emprega esta realmente. A guerra,

---

[2] COSER, L. The functions of social conflict. New York: Free Press, 1956

portanto, é a manifestação extrema de um conflito armado, caracterizando-se por sua intensidade, extensão e duração. Elas estão limitados por leis e convenções internacionais, como a Carta das Nações Unidas e a Convenção de Genebra.

Os conflitos, na realidade, são uma das expressões da pluralidade de interesses e da desigualdade de poderes que imperam entre os membros de uma sociedade, onde existe uma escala de gradação em função do emprego ou não da violência.

A ocorrência de conflitos, sua natureza e magnitude no ambiente externo ou interno de um Estado caracterizam os estados de paz, de crise, de guerra ou de conflito armado, conforme a figura a seguir:

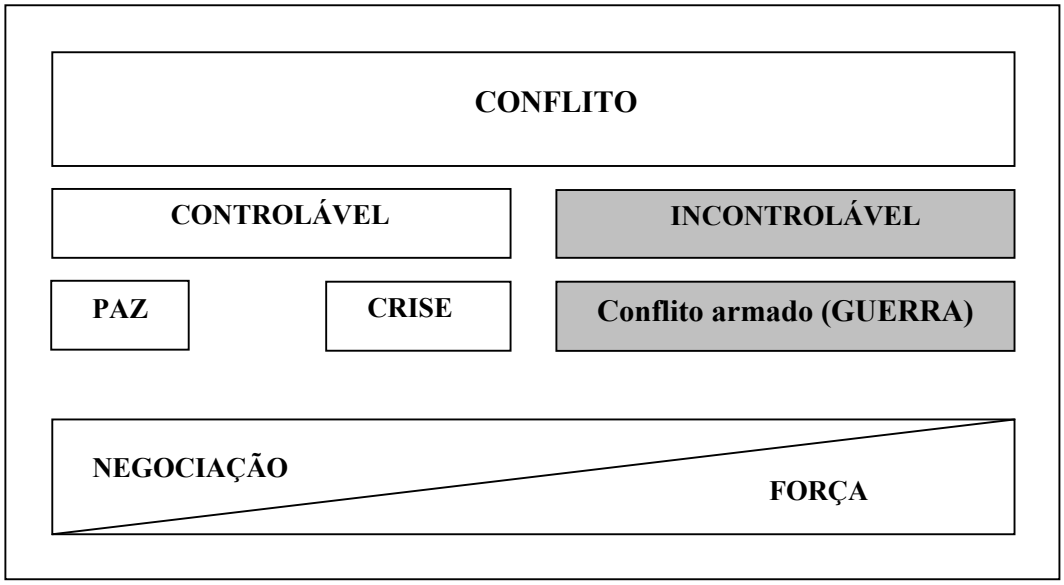

Figura 1 - Espectro do Conflito
Fonte: Brasil (2007, p.21/48)

A crise é uma sequência de interações que pode surgir na continuidade de uma lenta evolução de uma situação ou bruscamente, a partir de uma ação concreta de um dos intervenientes nela envolvido.

Segundo Dos Santos (1983) a crise envolve um conflito de interesses, tornado agudo por um comportamento de conflito de um dos atores, que deve ser aceito e respondido pelo outro ator envolvido. Pode a crise originar a

guerra, a manifestação extrema do conflito, e três são seus possíveis resultados: a própria guerra, a capitulação de uma das partes ou o compromisso.

No tocante a crise internacional, a mesma pode ser definida como “uma perturbação no fluir normal das relações entre dois ou mais atores da cena internacional com alta probabilidade do emprego da força, no sentido de haver perigo de guerra” (DOS SANTOS, 1983, p. 126).

A guerra significa a passagem para um outro tipo de interação entre as partes. Já a capitulação ou o compromisso é uma fase da resolução do conflito na qual as partes buscam acomodar seus interesses sobre as ações de caráter coercitivas.

Tem-se, na figura 2, um modelo esquemático da evolução de uma crise internacional.

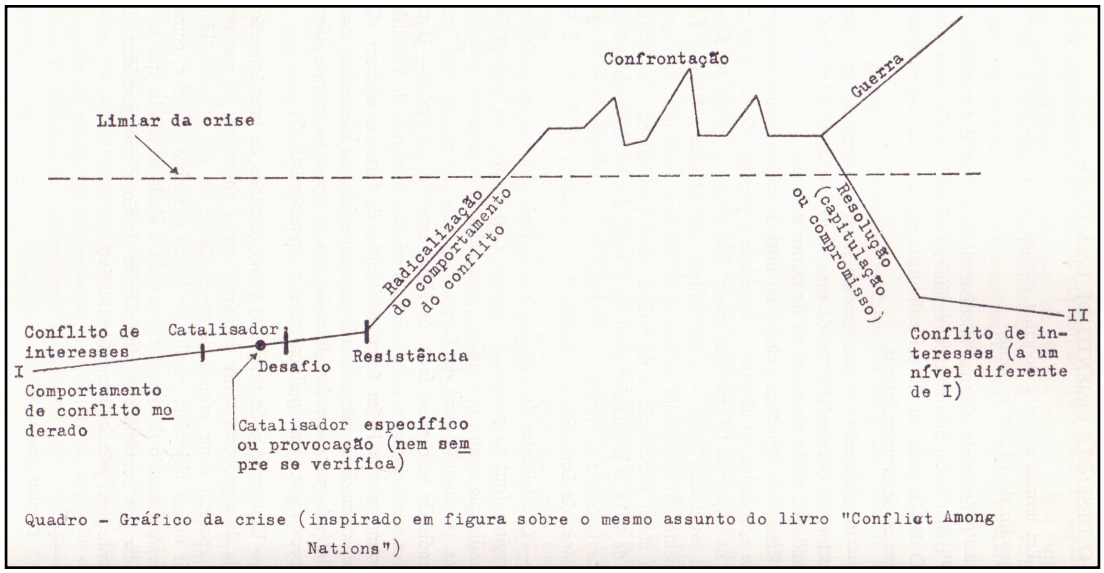

Figura 2 - Gráfico da Crise Internacional
Fonte: Dos Santos (1983, p. 104)

Segundo Dos Santos (1983), no decorrer de uma crise os contendores utilizam-se de todos os meios do Estado e instrumentos de força à sua disposição, sendo a única restrição o emprego de meios militares, num grau

que seja considerado, pelo menos por uma das partes, como ação de guerra. Os atores, a partir da fase de resistência utilizam os mais variados meios que vão desde: 1) as declarações formais dos dirigentes políticos; 2) o silêncio oficial e a exploração indireta de grupos ou personalidades de influência por intervenção ou através da utilização da comunicação social para modificar as opiniões públicas nacionais e internacionais a seu favor; 3) atuações externas de ação diplomática objetivando angariar apoios; 4) ações de política interna no campo do adversário tentando enfraquecê-lo, desorganizá-lo e dividi-lo; 4) ações na área econômica, como o fechamento de fronteiras; 5) o uso intensivo de atividades psicológicas na mídia; e 6) a demonstração de força, com o deslocamento de forças militares.

Com relação à vida interna de um Estado, de acordo com Dos Santos (1983), frequentemente é utilizado o vocábulo crise para descrever períodos de menor ou maior dificuldade por que passa um país. Fazendo-se uma analogia com o termo crise das relações internacionais, a crise política interna de um Estado seria uma perturbação no fluir normal dos acontecimentos, acompanhada da possibilidade de emprego da força com elevada probabilidade de concretização.

São ainda elementos caracterizadores da crise interna: 1) a existência de uma ação concreta-verbal ou material, provocadora da crise; 2) a presença de um conflito de interesses entre os atores; 3) a incerteza durante o seu processo, quer seja sobre o comportamentos dos adversários, quer seja nos perigos advindos que podem resultar em guerra internacional ou interna, de acordo com o tipo de crise.

A figura 3 representa o desenvolvimento esquemático de uma crise interna.

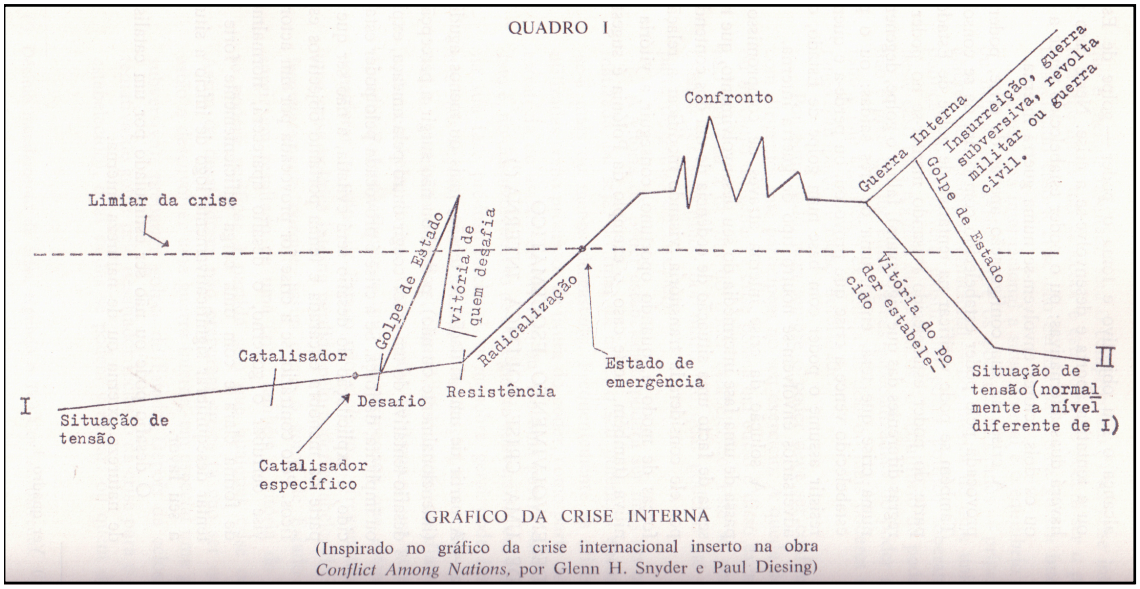

Figura 3 - Gráfico da Crise Interna
Fonte: Dos Santos (1983, p. 144)

Na crise interna, os possíveis atores são: por um lado o grupo que detém o poder; por outro lado, grupos existentes na unidade política que contém poder em potencial, em que podem ser citados os partidos políticos, organizações de classe, grupo religiosos, grupos militares, dentre outros. Além destes, podem estar envolvidos atores externos que atuam por intermédio dos atores internos, como Estados, organizações internacionais, dentre outros.

Segundo Dos Santos (1983 - p. 147) em teoria, para a solução de uma crise, o poder estabelecido terá à sua disposição todos os meios do Estado, enquanto quem o desafia disporá de poucos meios. Ambos os atores de uma crise política interna buscarão fazer uso de meios psicológicos, como declarações públicas, comunicados de apoio, esclarecimentos à opinião públicas, dentre outros e de meios sociais, como manifestação de rua, greves e comícios. O uso dos meios militares será mais ou menos empregado, sendo a sua presença e movimentação empregado nas ações mais decisivas da crise. O grande dilema que se apresenta no decurso de um crise interna é evitar que a mesma dê origem a uma guerra interna.

Os empregos lingüísticos atuais de guerra relacionam esse vocábulo com três diferentes etimologias: o termo grego polemos, do qual Gaston

Bouthoul fez derivar a ciência das guerras, a Polemologia; o termo latino bellum, do qual a língua portuguesa tirou o conceito de belicosidade (com seus correlatos: belicoso, bélico e beligerante); o termo germânico *werra*, do qual se originaram tanto as formas neo-latinas guerra, portuguesa, espanhola, e italiana, e *guerre*, francesa, quanto a inglesa *war*.

O conceito de guerra, por si só, já traduz uma compreensão do fenômeno, e ele será tanto ou mais atualizado quanto melhor se puder compreender sua natureza, seus condicionamentos e suas implicações no mundo, dominado pelo progresso vertiginoso da ciência e da tecnologia, mas imerso na difícil crise de valores e de confiança quanto ao próprio futuro.

Segundo Couto (1988), Verdross define a guerra como uma situação de violência armada entre dois ou mais Estados acompanhada da ruptura de relações pacíficas. Para C. Rousseau é uma luta armada entre estados, utilizando meios e formas regulamentados pelo Direito Internacional, com o fim de impor um ponto de vista político. Para Bouthoul é uma luta armada e sangrenta entre grupos organizados, e que inclui a passagem de uma forma de direito a outra. De acordo com uma definição corrente “a guerra é uma luta armada organizada, travada por razões políticas”.

Clausewitz (1988, p. 33) definiu a guerra como “um ato de violência que visa a compelir o adversário a submeter-se à nossa vontade”. E, considerando a violência como o meio específico da guerra, condenou a introdução de qualquer espírito de benevolência na filosofia de guerra, afirmando que nenhum adversário se submeterá à nossa vontade se não estiver desarmado ou sem condições de reagir. E, uma vez que ambos os adversários terão os mesmos objetivos, as ações recíprocas conduzirão a extremos e, dessa forma, complementa sua definição (1988, p. 35), dizendo que "a guerra é um ato de violência levado aos seus limites extremos”.

A guerra surge como:

- uma luta armada fundamentalmente entre Estados, não englobando outras formas de violência que não a militar;

- irreconciliável com a paz, sendo a paz e guerra duas noções que se excluem mutuamente;

- submetida a convenções que podem marcar o seu começo (declaração de guerra) e o seu termo (armistício ou tratado de paz);

- respeitando, o seu desenrolar, regras de direito e de honra;

- uma ruptura temporária do equilíbrio de forças que, tendo sido capazes de estabelecer a paz, não são suficientes para a manter.

Na guerra, o conflito atinge o seu grau máximo de violência. Em função de sua magnitude, há uma completa e complexa mobilização de todos os recursos do Estado, com predominância dos meios militares, para impor a vontade de um ator ao outro.

Os vocábulos guerra e conflito armado diferenciam-se apenas na perspectiva jurídica, segundo a qual a guerra entre Estados, de acordos com as normas do Direito Internacional, condiciona-se a certos requisitos. Entre eles figuram o estabelecimento da neutralidade de países e a necessidade de declaração formal de guerra. Uma vez que as guerras atuais têm ocorrido sem atender a esses requisitos, a expressão guerra vê-se limitada em seu emprego.

A crescente dificuldade de aceitação internacional da guerra como recurso lícito do Estado e seu indevido entendimento como crime contra a humanidade, são outras razões que explicam a tendência da limitação do emprego do termo guerra. A bibliografia especializada continua a utilizar sistematicamente a expressão guerra, exceto quando tratado no campo jurídico.

A terminologia “conflito armado” pode traduzir uma idéia de limitação de engajamento dos meios do Estado nacional e de objetivos em jogo. Escaramuças armadas na faixa de fronteira de uma área de litígio, convulsões sociais no interior de um Estado que extrapolem a capacidade de controle das forças de segurança pública, exemplificam a assertiva.

Dessa forma, por questões práticas, este trabalho emprega

indistintamente os termos guerra e conflito armado.

Denomina-se “espectro da guerra” ao conjunto de todas as formas que as guerras podem assumir, tanto internacionais quanto internas. Essas formas possuem características políticas, psicológicas e técnicas específicas.

O Espectro da Guerra (figura 4) apresenta as diferentes formas que as guerras podem assumir, sejam elas internas ou internacionais.

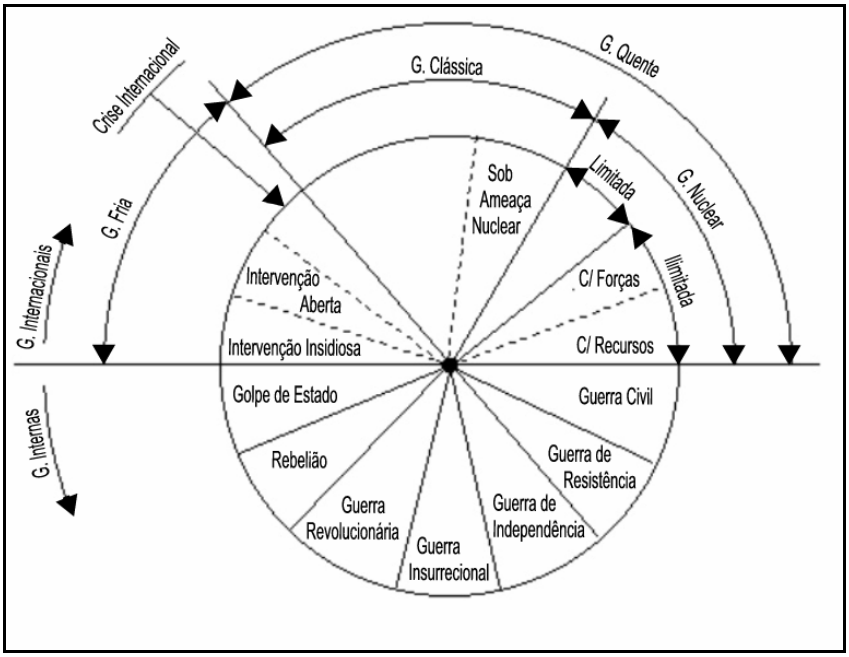

Figura 4 - Espectro da Guerra
Fonte: Couto (1988, p. 152, adaptado pelo autor)

Segundo Waltz (2004), de acordo com a primeira imagem das relações internacionais, o local das causas importantes da guerra reside na natureza e no comportamento do homem, resultado do egoísmo, de impulsos agressivos mal canalizados, da estupidez.

Na segunda imagem, a organização interna dos Estados é a chave para a compreensão da guerra e da paz, enquanto que a inexistência de um sistema jurídico que possa ser interposto entre os Estados, fazendo com que os Estados deixem de julgar suas queixas e ambições segundo os ditames de sua própria razão ou de seu próprio desejo, explica que o conflito, que por vezes

leva a guerra, está fadado a ocorrer, segundo a terceira imagem de Waltz (2004).

As causas profundas e permanentes da guerra podem ser analisadas a partir de fatores que podem ser grupados em três níveis a saber:

- o nível profundo ou das estruturas, em que se destacam:

• as rivalidades históricas, comumente edificadas em ideais hegemônicos, desejos de revanche, ambições territoriais, etc;

• as rivalidades religiosas e ideológicas, promovidas por divergências de doutrina, mitos, sectarismos, consecução de adeptos, etc;

• os conflitos étnicos;

• as tensões econômicas, pela aquisição de recursos e mercados que conduzam à hegemonia financeira comercial ou à plena autarquia;

• posição geográfica, que favorece ou obstaculiza os enlaces e comunicações, etc; e

• os conflitos culturais e outros próprios da incontida instabilidade humana.

- o nível intermediário ou da conjuntura, em que aparecem os fatores dependentes do momento histórico e rivalidades momentâneas como:

• as circunstâncias de ordem política, como a debilidade das instituições, ou a subversão de dependências econômicas, financeiras e tecnológicas;

• a busca e captação de mercados e zonas de influência;

• as estruturas sociais do Estado em sua dupla vertente, administração e classes sociais; e

• os meios bélicos disponíveis.

- o nível superficial ou da discórdia, associado a uma ameaça a um objetivo de interesse vital ou ambições de todo tipo das classes dirigentes.

A resolução de conflitos podem ser grupadas em quatro categorias: persuasão, negociação, compulsão, e coação. A persuasão e a negociação são formas não-violentas de solução, em que as partes litigantes procuram resolver o conflito pela busca de um consenso, fundamentada em bases de recionalidade, que emprega processos e técnicas inerentes aos meios diplomáticos, jurídicos e políticos. Na negociação, a arbitragem é um dos instrumentos dos mais empregados na atualidade, particularmente nos conflitos internacionais, para a solução de conflitos. As partes litigantes aceitam a figura de um árbitro, com poderes para estabelecer as bases para um novo *status* após o conflito, comprometendo-se a aceitá-las, sejam quais forem essas bases.

Na compulsão, uma das partes litigantes é compelida, por intimidação ou atrição, a aceitar a decisão tomada pela outra parte, a quem a primeira deve se submeter. Terceiros também podem ser empregados para solucionar o conflito, impondo condições a uma ou a ambas as partes litigantes.

A coação é uma das formas de solução na qual uma das partes litigantes é submetida pela outra, por sujeição, mediante a ameaça de emprego violento de meios de toda ordem.

Nye (2002) observa que com relação aos conflitos internos e regionais existirão sempre pressões para a intervenção por parte de Estados exteriores ao conflito e de parte de instituições internacionais. A intervenção é um conceito confuso, em parte porque a palavra é ao mesmo tempo descritiva e normativa. Não apenas descreve o que está a acontecer, mas emite igualmente juízos de valor. A intervenção envolve muitas vezes questões morais. A não-intervenção em assuntos internos de Estados soberanos é uma regra básica do Direito Internacional. A não-intervenção é uma regra poderosa porque afeta tanto a ordem como a justiça. A ordem impõe limite ao caos, sendo que a

soberania e a não-intervenção são conceitos que estabelecem a ordem num sistema mundial anárquico.

Prossegue Nye (2002) afirmando que a intervenção refere-se a ações externas que influenciam os assuntos internos de outro Estado soberano. A figura 5 apresenta uma escala dos tipos de intervenção.

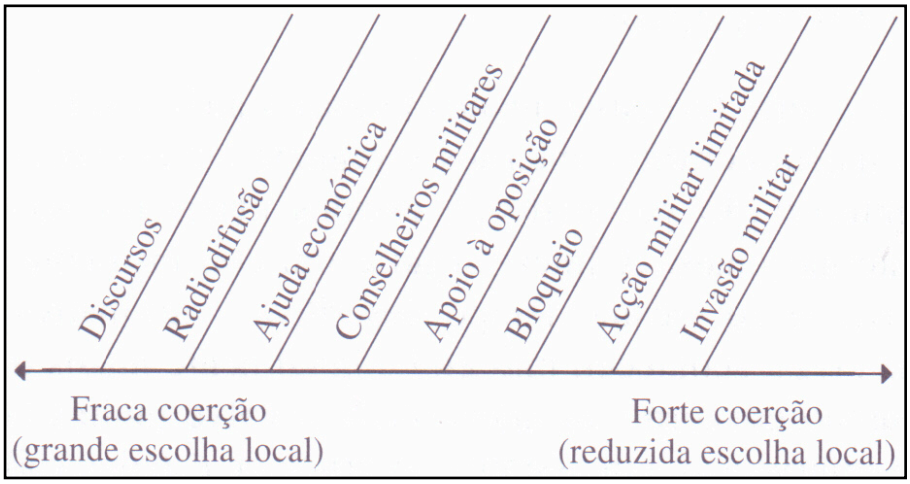

Figura 5 - Escala dos Tipos de Intervenção
Fonte: Nye (1988, p. 184)

Dessa forma, o conhecimento dos conceitos apresentados no presente capítulo contribuem para facilitar o entendimento, nos capítulos subsequentes, da dinâmica dos conflitos vivenciados pela América Latina nas duas últimas décadas.

3. CONFLITOS NA AMÉRICA LATINA

Coutinho (2006) assinala que para fins analíticos, a história recente da América do Sul pode ser dividida em dois períodos. O primeiro, vai do final dos anos 1970 aos anos 1990, e marca a substituição de regimes autoritários e do nacional-desenvolvimentismo, em favor da democracia e da liberalização econômica. O segundo, a partir dos anos 1990, refere-se, a uma reação popular nas urnas e nas ruas contra as reformas de mercado que não lograram transformar significativamente as estruturas sociais de pobreza e desigualdade encontradas na região.

É, neste último período em que são evidenciadas as profundas mudanças políticas e econômicas por que passa a região, marcadas pelo surgimento de novas lideranças e governos com tendências mais nacionalistas e à esquerda do espectro político.

O *Heidelberg Institute for International Conflict Research* em sua edição anual do *Conflict Barometer* assinala que em 2010 foram observados 363 conflitos no mundo. Entre estes, seis guerras e vinte e duas crises graves, totalizando um total de vinte e oito conflitos altamente violentos, ou seja, com o uso extremo da força. Da análise dos últimos sessenta e cinco anos, observa-se uma tendência de diminuição no número de conflitos de baixa, média e de alta intensidade.

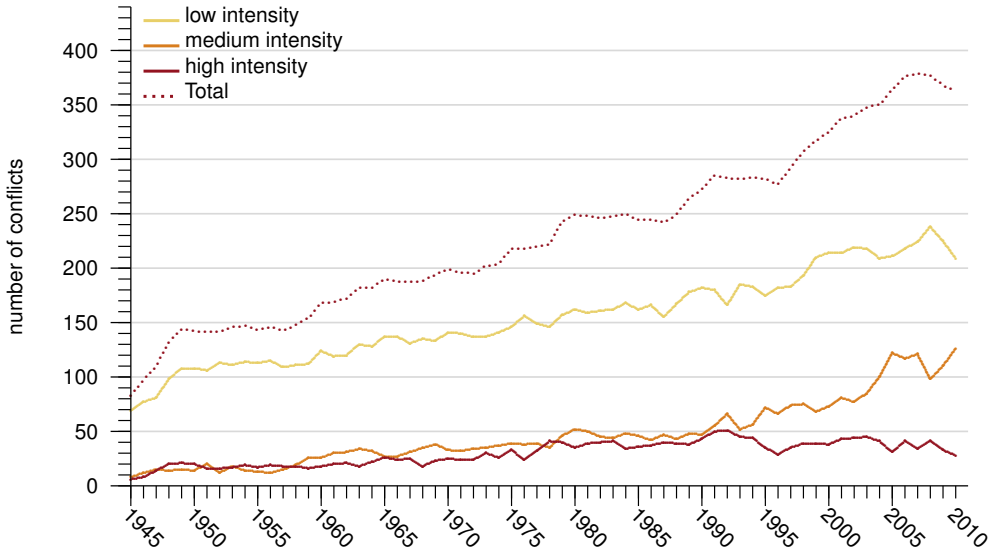

Figura 6 - Conflitos Globais de Baixa, Média e Alta Intensidade de 1945 a 2010
Fonte: *Heidelberg Institute - Conflict Barometer 2010* (2010, p. 2)

A mesma tendência de declínio se observa com relação aos conflitos intra e interestatais de alta intensidade, conforme mostrado na figura 7.

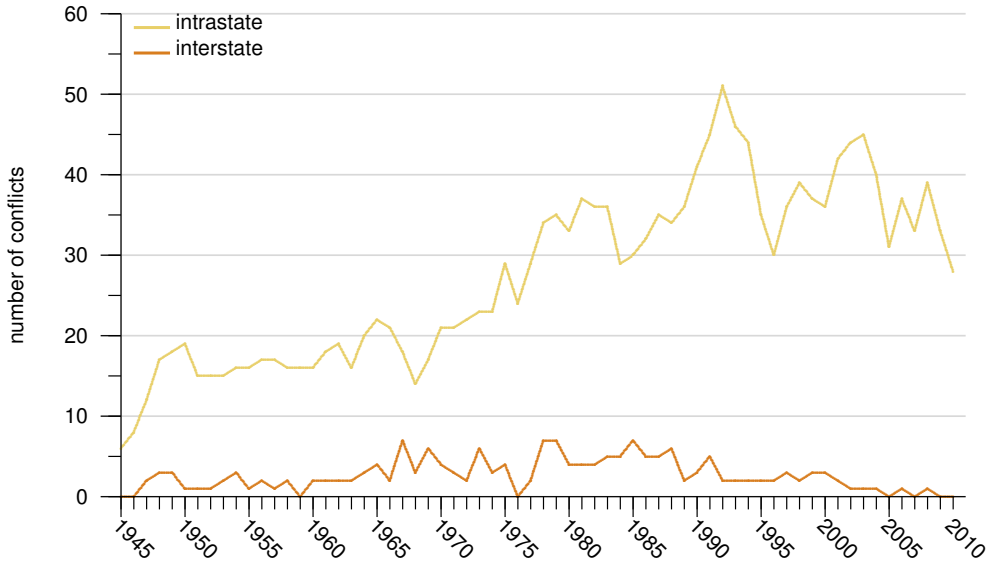

Figura 7 - Conflitos Globais Intra e Interestatais de 1945 a 2010
Fonte: *Heidelberg Institute - Conflict Barometer* 2010 (2010, p. 2)

A figura 8 apresenta a distribuição geográfica dos conflitos ocorridos no ano de 2010. Comparativamente com a situação observada em outras regiões do planeta, a América Latina pode ser considerada com uma das mais estáveis regiões do mundo, apesar de ter em seu passado um histórico de guerras sangrentas e episódios dramáticos onde ameaças retóricas e diplomacia foram substituídas pelo uso da força. Nas Américas, observou-se no ano de 2010 a ocorrência de quarenta e cinco conflitos, dos quais dois, segundo classificação do *Heidelberg Institute for International Conflict Research* foram considerados de alta intensidade, as guerras internas no México contra os cartéis da droga e na Colômbia contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

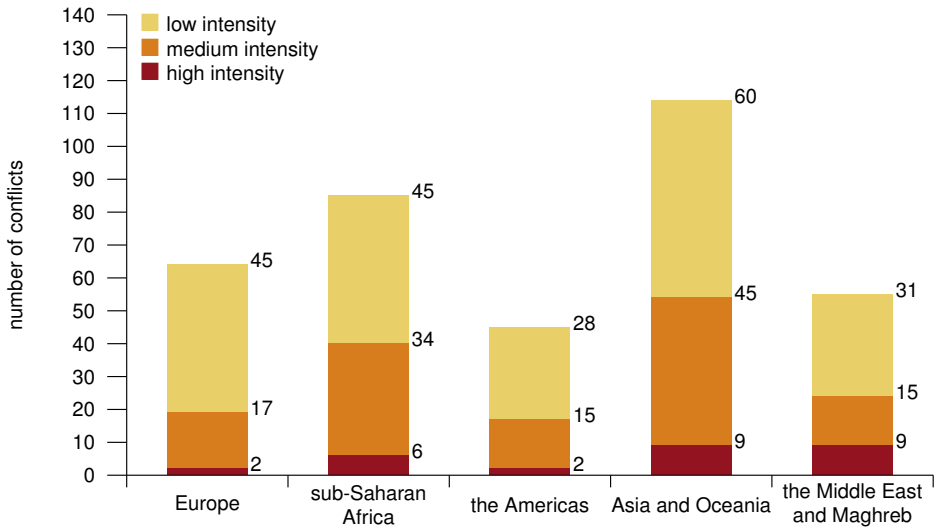

Figura 8 - Distribuição de todos os conflitos em 2010 por região e tipo de intensidade
Fonte: *Heidelberg Institute - Conflict Barometer* 2010 (2010, p.3)

Uma série de fatores foram causas dos conflitos verificados nas Américas no ano de 2010, onde predominantemente prevaleceu a violência relacionada com o contínuo crescimento do tráfico de drogas na região. Da mesma forma, a insegurança e a situação econômica tensa em vários países da América do Sul e Central apresentaram-se como fontes de instabilidade na região. Como nos anos anteriores, a Colômbia foi o país que vivenciou o maior

número de conflitos violentos relacionados com as ações governamentais de combate as FARC.

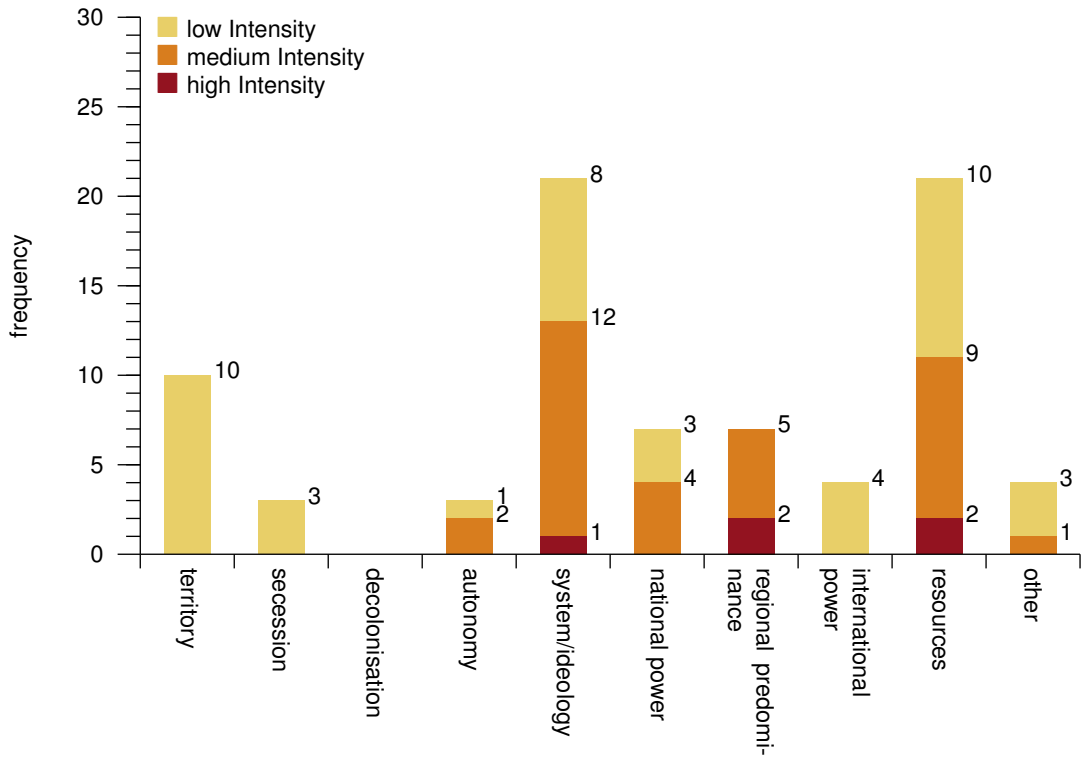

Figura 9 - Causas do Conflito em 2010 nas Américas, por Grupos de Intensidade.
Fonte: *Heidelberg Institute - Conflict Barometer* 2010 (2010, p. 42)

Têm-se no anexo A um resumo dos conflitos nas Américas no ano de 2010. De um total de quarenta e cinco conflitos verificados, vinte e cinco referem-se a países da América do Sul, treze a países da América Central e sete a países da América do Norte. Depreende-se que os maiores focos de tensão estão localizados nas Américas do Sul e Central, englobando em sua quase totalidade países da América Latina. Vê-se portanto que o panorama político da América Latina comporta riscos e problemas.

Na América Latina, o avanço democrático verificado nas três últimas décadas correspondeu ao recuo das Forças Armadas para sua área específica de atuação. A emergência das ditaduras, a partir da década de 1960, teve

muito a ver com o quadro internacional daquele período, caracterizado pela Guerra Fria.

A ameaça de revoluções socialistas ou antiimperialistas, na esteira da Revolução Cubana, levou o governo americano a apoiar golpes militares, que serviam a seus interesses estratégicos. Evidentemente, as condições internas de cada país contribuíram para a tomado do poder pelos militares.

A despeito dos progressos institucionais, as democracias latino-americanas têm bases frágeis, pois se assentam sobre desigualdades sociais extremas e instituições políticas ainda em fase de consolidação. A partir dos anos 90 do século passado, o descrédito com o regime democrático, resultante da desmoralização de partidos e de muitos políticos; o funcionamento precário das instituições; a decepção com os frutos sociais da democracia, neste último caso produto da ilusão de que a democracia daria de tudo a todos, favoreceram a emergência de líderes carismáticos e neopopulistas com plataformas políticas diversificadas, cuja inclinação autoritária é evidente, com Evo Morales na Bolívia e Hugo Chávez na Venezuela.

Este quadro acima exposto favorece e estimula o surgimento de fatores e de condições propícias a eclosão de conflitos, como: a ação do crime organizado desestabilizando estados soberanos; e a disputa por recursos naturais geradores de atritos entre estados.

A par da fragilidade de suas instituições democráticas, convive a América Latina com questões ainda não resolvidas no tocante a contenciosos capazes de desestabilizar a região. No tocante a América do Sul, no Cone Sul as questões geopolíticas de risco estão praticamente controladas. Os problemas territoriais entre o Chile e a Argentina se encaminham pela negociação e pelo fortalecimento da confiança. O relacionamento entre Brasil e Argentina tem-se pautado pela negociação em face de disputas frequentes. Acordos de cooperação têm se estendido ao domínio tecnológico em áreas sensíveis e de defesa, como os da mútua fiscalização dos projetos na área nuclear.

Na região andina, os contenciosos, em geral, têm sido reduzidos a embates políticos, mas há casos cuja solução definitiva demanda difíceis negociações, com desdobramentos delicados. Esses problemas se manifestam no pleito boliviano de acesso ao oceano Pacífico, nos atritos fronteiriços entre o Chile e o Peru e nos ressentimentos deixados pelo conflito entre o Equador e o Peru. São questões latentes que contudo, possuem diminuto risco de ação militar.

Na região amazônica, a Colômbia se destaca por viver em estado de guerra, engendrado contra forças irregulares, há décadas. A conexão entre elas e o narcotráfico potencializa os riscos de transbordamento do conflito para estados vizinhos, por necessidades táticas militares e por negócios ligados às drogas.

A Venezuela se defronta com aspectos como: discussões sobre o golfo da Venezuela, a região de Essequibo e fronteira marítima, respectivamente, com a Colômbia, a Guiana e Trinidad- Tobago; a loquacidade do atual chefe de Estado a respeito dos EUA; e outros posicionamentos presidenciais, polemizados perante a mídia e a comunidade internacional, visto que vários desses atos afetam a agenda de outros países. Obviamente, tudo isso propicia tensões, até agora gerenciadas sem prejuízo à paz regional.

A Bolívia enfrenta desafios de grande envergadura. O governo eleito em 2006 tem adotado atos potencialmente inquietantes, alguns deles perpetrados abruptamente ou percebidos como sérios riscos de quebra das regras institucionais. Entre tais atos, sobressaem os seguintes: controle e nacionalização da gestão e das bases materiais, ligadas à matriz energética de hidrocarbonetos; reforma agrária com expropriação de terras; aproximação estreita com países circunstancialmente confrontantes com os EUA; constrangimentos a empresas estrangeiras que lá investiram; encaminhamento de elaboração de nova constituição; flexibilização da comercialização interna da folha de coca etc. A tudo isso se acrescentam as tensões históricas com o Chile de acesso ao oceano Pacífico e a possibilidade de instabilidade interna por ação de separatistas da província de Santa Cruz de la Sierra.

O Suriname e a Guiana têm uma questão diplomática pendente sobre a posse do território do New River Triangle e a navegação, porém esse contencioso está em estado adormecido.

Nesse ambiente de tensões latentes, ainda que muitas adormecidas, é importante analisar o papel do Brasil que segundo Moniz Bandeira[3] exerce de fato a liderança da América do Sul, aceita consensualmente pelos demais governos da região, dado seu enorme peso econômico, político e estratégico, sem pretensões de hegemonia, respeitando as particularidades de cada povo.

O Brasil tem sido com mais frequência demandado para auxiliar na resolução de conflitos na América Latina, mais especificamente na América do Sul. No conflito armado entre Equador e Peru de 1995, o País exerceu a liderança no processo de paz. Na tentativa de golpe no Paraguai em 1996 o Brasil também interveio, diplomaticamente, para evitar o agravamento da crise. Na Argentina, em 2001, o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso teve ativa participação no sentido de evitar o agravamento do quadro de convulsão social e crise política decorrente ao colapso financeiro argentino. No envio de uma missão de paz, sob o governo Lula, para o Haiti com a missão de estabilizar o país após a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristides. Estes são apenas alguns exemplos da participação brasileira na mediação de conflitos no continente.

Xavier (2010), em seu trabalho A Unasul e a OEA na Resolução de Conflitos Sul-americanos observa que no período compreendido entre 1991 e 2009 foram identificados na América Latina dezoito eventos políticos caracterizados como conflitos, que requereram a participação de outros países ou de organizações internacionais para a sua resolução. Conflitos estes que em sua quase totalidade (onze) tiveram origem intra-estatal, causados por crises internas institucionais.

---

[3] ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (Org.).Relações Internacionais do Brasil:temas e agendas.São Paulo:Saraiva,2008, p.281.

Ano de Início	Conflitos	Natureza do Conflito	Causa Principal
1991	Haiti	Intra-estatal	Crise Institucional
1992	Peru	Intra-estatal	Crise Institucional
1993	Guatemala	Intra-estatal	Crise Institucional
1994	Belize-Guatemala	Interestatal	Disputa Territorial ou Fronteiriça
1995	Peru-Equador	Interestatal	Disputa Territorial ou Fronteiriça
1996	Paraguai	Intra-estatal	Crise Institucional
1999	Nicarágua-Honduras	Interestatal	Disputa Territorial ou Fronteiriça
2000	Equador	Intra-estatal	Crise Institucional
2001	Nicarágua-Colômbia	Interestatal	Disputa Territorial ou Fronteiriça
2002	Venezuela	Intra-estatal	Crise Institucional
2002	Nicarágua	Intra-estatal	Crise Institucional
2004	Haiti	Intra-estatal	Crise Institucional
2005	Equador	Intra-estatal	Crise Institucional
2005	Costa Rica-Nicarágua	Interestatal	Disputa Territorial ou Fronteiriça
2006	Argentina-Uruguai	Interestatal	Disputa Territorial ou Fronteiriça
2008	Bolívia	Intra-estatal	Crise Institucional
2008	Colômbia-Equador	Interestatal	Questão Transnacional
2009	Honduras	Intra-estatal	Crise Institucional

Figura 10 - Conflitos na América Latina - 1991-2009 (natureza e causas)
Fonte: Xavier (2010, p. 37 e 38, adaptado pelo autor)

Para a resolução desses conflitos tem sido cada vez mais frequente o uso de organismos internacionais como a OEA e a UNASUL que têm como objetivo central fortalecer a paz e a segurança na região e resolver pacificamente controvérsias . Em algumas situações países do MERCOSUL invocaram a carta democrática da instituição como forma de resolver conflitos internos de seus membros.

Duarte Villa (2003) observa que esta reemergência de instituições intergovernamentais e não-governamentais na resolução de conflitos, com papéis mais ativos na política regional e mundial, é uma característica marcante na reformulação do quadro institucional internacional do pós-Guerra Fria. Essas organizações têm um papel cada vez mais definido e passaram a ter um poder maior de coerção, seja de natureza diplomática, econômica ou militar. Para cada área importante da política mundial, existem instituições especializadas que asseguram um mínimo de governabilidade internacional ou de *good governance*.

Nesse sentido o papel da OEA é emblemático. Durante a Guerra Fria foi limitada a possibilidade de os Estados Unidos utilizarem o Conselho de Segurança da ONU como uma instância punitiva global devido à frequente utilização do poder de veto soviético. No caso da América Latina, os EUA utilizaram-se da OEA como mecanismo para legitimar sua ação internacional na região, colocando a organização como instância de legitimação dos embates ideológicos, das invasões e da capacidade punitiva (militar ou econômica) desenvolvida pelos EUA contra alguns países da região.

De acordo com Duarte Villa (2003), as organizações internacionais contemporâneas incorporam cada vez mais a exigência de seus membros contarem com regimes de natureza democrática. Entre as cláusulas democráticas aprovadas pela OEA nos anos 1990 encontram-se o respeito ao Estado de Direito, às liberdades civis e ao pluralismo. Em outras palavras, os membros da OEA vêm sendo obrigados pela estrutura jurídica da organização a incorporarem cláusulas democráticas de compromisso e de acatamento obrigatório como um requisito sistêmico de adequação às necessidades normativas de ordenamento, equilíbrio e estabilidade da política internacional do pós-Guerra Fria.

4. ESTUDO COMPARADO DE CASOS

4.1 O CONFLITO ARMADO EQUADOR-PERU DE 1995

As pendências fronteiriças entre o Equador e Peru remontam ao início do século XIX quando da independência destas duas nações originárias da fragmentação do Império Espanhol nas Américas, notório pela imprecisão das suas jurisdições internas. De acordo com Cannabrava (2003), “tratava-se de determinar qual desses dois países, em processo de consolidação institucional e territorial, iria controlar as vastas e potencialmente ricas terras do “Oriente” amazônico que se estendiam até os limites do império luso-brasileiro”. A progressiva penetração e colonização peruanas nos territórios disputados agravaria o clima de rivalidade e alimentaria sentimento no Equador de ter sido despojado pelo Peru.

Quando da dissolução da Grã-Colômbia, em 1830, o Equador se viu como herdeiro natural dos direitos territoriais sobre a fronteira sul. O Peru reagiu contrariamente. Deu-se início a um processo lento de negociações que revelaram-se infrutíferos para encontrar uma acomodação negociada. O fracasso do Tratado (de limites) Herrera-García, de 1890, e das arbitragens do Rei da Espanha, em 1910, e do Presidente norte-americano Roosevelt, em 1938, foi entremeado por episódicas disputas e embates militares na região da fronteira. A frustração para com essas sucessivas tentativas de negociações diplomáticas contribuiu para forjar um relação antagônica entre as duas nações, afastando a possibilidade de se encontrar uma solução político-diplomática consensual.

Os problemas fronteiriços persistiram. A escalada de um dos enfrentamentos entre os dois países resultou, em julho de 1941, em um conflito armado. O Peru invadiu o Equador, ocupando extensas zonas do território adversário. As gestões diplomáticas dos mediadores (Brasil, Argentina e Estados Unidos), surgidas em reação a essa campanha militar, findaram as hostilidades e geraram o Acordo de Talara, em 1941. Este tratado estabeleceu uma zona desmilitarizada e sugeriu a retirada das forças contendoras para 15

km, atrás da linha de *status quo* de 1936. A não aceitação por parte do Peru aos termos do acordo levou os chanceleres dos países mediadores (aos quais se juntou o Chile) a se reunirem no Rio de Janeiro em 1942 para por fim ao conflito que punha em cheque a coesão e estabilidade do continente americano em momento particularmente delicado - o ataque japonês a Pearl Harbor.

Os dois contendores, pressionados pelos países mediadores, que se tornariam Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, aceitaram os limites territoriais propostos. Com isso, praticamente voltando à situação de 1936, o Equador perdeu cerca de 13.000 quilômetros quadrados de terras reclamadas - não obstante, uma situação menos pior do que se tivesse sido mantida a linha de ocupação militar de 1941.

Divergências quando da demarcação física dos limites entre os dois países levaram o Equador a denunciar o Protocolo do Rio de Janeiro, declarando unilateralmente sua nulidade , sob alegação de que ele teria sido imposto sob coação e inexecutável, uma vez que a realidade geográfica não correspondia ao previsto no seu texto.

Sem entendimento quanto a esses pontos, os dois países mantiveram o nível de hostilidades entre si. Em que pese aos esforços dos Países Garantes, não foi possível, por mais de meio século, superar o resultante impasse. O Equador insistia na renegociação do Protocolo, ao que o Peru - temeroso de que o Equador pretendesse reivindicar a posse de territórios há muito em seu poder (aproximadamente 200 mil km²) alegava tratar-se de instrumento juridicamente perfeito. Fracassaram, posteriormente, tentativas bilaterais de encapsular o problema no contexto de política de intensificação das relações econômicas e políticas e, a partir da eclosão de novo conflito, em 1981, esforços de alcançar uma distensão militar duradoura na zona fronteiriça por meio de medidas de fomento da confiança mútua.

Em janeiro de 1995 produziu-se o mais grave enfrentamento bélico entre os dois países desde 1941 que levou os Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 a desenvolverem intensas gestões e consultas ao longo

das quais se logrou a entrada em vigor, em 1° de fevereiro de 1995, de um cessar fogo na área do conflito e a assinatura da Declaração de Paz do Itamaraty de 17 de fevereiro. Esse acordo assentou-se em concessões de ambos os lados: o Equador admitia a vigência do Protocolo em troca do reconhecimento peruano de que a conclusão da demarcação prevista naquele instrumento exigia antes resolver questões pendentes.

Em decorrência dos compromissos assumidos pelas Partes na Declaração de Paz do Itamaraty implementou-se, sob a supervisão de missão de observadores militares dos Países Garantes enviada à região (Missão de Observadores Militares Equador-Peru/ MOMEP), sob a liderança brasileira, uma sequência de medidas destinadas a consolidar a paz entre os dois países.

Na esfera política, verificou-se paulatino restabelecimento de clima de normalidade entre o Equador e o Peru que culminou com a com assinatura, em 26 de outubro de 1998, do Acordo Global e Definitivo de Brasília, a Ata Presidencial de Brasília, que colocou um fim definitivo às diferenças fronteiriças que durante décadas separaram os dois países.

Na oportunidade foram assinados entre o Equador e o Peru o Tratado de Comércio e Navegação e o Acordo Amplo Peruano-Equatoriano de Integração Fronteiriça, Desenvolvimento e de Vizinhança.

De acordo com Silva (1995), apesar do Conselho Permanente da OEA ter se reunido no dia 30 de janeiro de 1995 para examinar o conflito entre Equador e Peru, o governo peruano por intermédio de sua representação diplomática naquele organismo internacional se opôs a mediação da OEA, por entender não ser ele o foro adequado para a resolução do conflito. Esta posição se deu pelo fato da OEA ter adotado resolução no ano de 1991 contra o então presidente peruano Alberto Fujimori que suspendeu o governo constitucional no Peru. A resolução conhecida como 1080, prevê ação coletiva dos países do hemisfério para restaurar a democracia nos países-membros quando ela for interrompida.

O Brasil teve destacada atuação na resolução deste conflito. O presidente Fernando Henrique Cardoso à frente dos Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 atuou, através da negociação diplomática, para obter o cessar-fogo, levando os dois países beligerantes a firmarem em Brasília o acordo que em 1998 pôs fim a uma disputa secular entre dois povos irmãos, com origem comum na formação de suas nacionalidades. Da mesma forma, a liderença exercida pelo País na MOMEP, por intermédio do Exército Brasileiro, foi de fundamental importância para a implementação das medidas previstas nos acordos que objetivaram a construção do processo que culminou com um acordo de paz definitivo.

4. 2 A CRISE INSTITUCIONAL NO PARAGUAI - ABRIL DE 1996

Em 22 de abril de 1996, o general Lino César Oviedo abriu uma crise político-institucional no Paraguai ao ser destituído do cargo de comandante do Exército do Paraguai pelo presidente Juan Carlos Wasmosy. Parlamentares vinculados ao general votaram contra o projeto de lei para construir uma segunda ponte entre o Paraguai e o Brasil, o que impediu as empresas do presidente Wasmosy de obterem a concessão das obras. Wasmosy decidiu, então, passar Oviedo para a reserva. O general se rebelou contra a decisão do presidente de destituí-lo e anunciou que não mais obedecia às ordens do presidente da República, refugiando-se em um quartel do Exército de onde passou a fazer ameaças.

Diante das ameaças, Wasmosy se refugiou na residência do embaixador americano. Lá, chegou a assinar carta se licenciando do cargo. Oviedo não aceitou a licença. Queria a renúncia. Militares leais a Oviedo se concentrarem nos quartéis e manifestantes da facção do Partido Colorado pró-Oviedo foram para as ruas apoiar o militar. O general Oviedo, assim como Wasmosy, era integrante do Partido Colorado e pré-candidato à Presidência da República daquele país. Em pronunciamento na TV, o presidente confirmou a existência do levante militar e afirmou que não toleraria fissura no processo de normalização institucional e democrática do Paraguai.

A atitude do general Oviedo despertou imediata reação dos EUA que por meio de uma nota de sua embaixada no Paraguai, emitida na tarde do dia 22 de abril, manifestou preocupação pela situação e qualificou o incidente de ameaça a democracia, exigindo a manutenção da ordem institucional e enfatizando que qualquer tentativa de golpe era totalmente inaceitável. Foi a primeira manifestação de um país estrangeiro em relação à crise. No comunicado da embaixada, os estadunidenses se propuseram a revisar uma gama completa de ações necessárias e seguir consultando os países da Organização dos Estados Americanos.

Em seguida a divulgação da nota da embaixada dos EUA, o presidente argentino Carlos Menem anunciou que telefonou para Wasmosy para prestar solidariedade. O presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, após ter conversado com Wasmosy, participou na noite do dia 22 de abril de uma conferência telefônica com os presidentes da Argentina, do Uruguai e dos Estados Unidos para tratar do problema do Paraguai e dar apoio ao presidente paraguaio.

O governo brasileiro em nota diplomática comunicou às Nações Unidas e à OEA que não aceitava qualquer mudança da ordem jurídica instituída no Paraguai e adotaria as medidas necessárias no âmbito do Mercosul contra a tentativa de golpe, posição reiterada pelo embaixador argentino em Assunção, Néstor Aguada.

O desafio do general Oviedo ao presidente Wasmosy criou um clima de confrontação entre parte da população de Assunção. Em várias partes da capital, grupos de estudantes se reuniram para prestar apoio ao presidente. As notícias da crise causaram reação imediata da igreja, que condenou o militar.

No dia 23 de abril, o general paraguaio encerrou sua tentativa de golpe ao ser convidado pelo presidente Wasmosy para ser nomeado ministro da Defesa, numa tentativa, segundo declarações à jornalistas do núncio apostólico no Paraguai, Lorenzo Baldissieri, de que o acordo tinha como objetivo evitar um confronto sangrento entre o Exército e as forças leais ao presidente. Durante a crise, a polícia, a Marinha e a Aeronáutica expressaram apoio a

Wasmosy. Confirmaram a existência do acordo ente Wasmosy e Oviedo o presidente do Senado, Milcíades González Casabianca, e Guillermo Caballero Vargas, líder do oposicionista Encontro Nacional. Neste mesmo dia 23 de abril, o presidente Wasmosy almoçou com o secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), César Gaviria.

Os partidos de oposição e a opinião pública reagiram com pesadas críticas ao acordo Wasmosy-Oviedo. Nas ruas de Assunção o clima era de frustração e de perplexidade. A oposição acusou o presidente de tentar se fortalecer militarmente ao fazer o acordo com Oviedo, favorável ao *impeachment* de Wasmosy que não tinha maioria no Congresso. Se isso não bastasse, o partido Colorado encontrava-se "rachado". Parte dos colorados apoiavam o general Oviedo, candidato à sucessão de Wasmosy nas eleições de 1998.

Ainda, no dia 23 de abril, os chanceleres dos três sócios paraguaios no Mercosul, o argentino Guido di Tella, o uruguaio Álvaro Ramos e o brasileiro Sebastião do Rego Barros (interino, em função de viagem do titular, Luiz Felipe Lampreia) viajaram para Assunção, a fim de reforçar com suas presenças físicas a mensagem de suspensão imediata do Paraguai do Mercosul caso houvesse um golpe militar. A suspensão do Mercosul não seria a única punição ao Paraguai na hipótese de a ameaça golpista prosperar. O governo brasileiro estudou a hipótese de fechar os portos brasileiros (Santos e Paranaguá) pelos quais o Paraguai escoa a sua produção. Até a Ponte da Amizade, que liga os municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Leste (Paraguai), poderia ser bloqueada.

A reação dos países do Mercosul teria também um ângulo não-declarado pelas respectivas chancelarias de impedir que os Estados Unidos continuassem comandando a resistência à ruptura institucional. O governo brasileiro ao divulgar nota de repúdio a tentativa de golpe teria tomado o cuidado de deixar claro que o respaldo era para com a institucionalidade e não a pessoa do presidente Wasmosy que enfrentava uma crise política grave com ameaça de *impeachment* por corrupção. E a nomeação de Oviedo para o

Ministério da Defesa era uma tentativa de manipulação da oposição que tinha se unido não em torno de Wasmosy, mas da instituição presidencial que estava ameaçada.

No dia 24 de abril a passagem do comando do Exército do general Oviedo para o general Oscar Díaz Delmás e sua passagem para a reserva encerrou a crise militar no Paraguai, mas não a crise política. A posse de Oviedo no novo cargo não ocorreu. Milhares de jovens saíram às ruas de Assunção para protestar contra o acordo, pedindo a prisão de Oviedo. Em 25 de abril, pressionado pela opinião pública, o presidente Wasmosy recuou de sua decisão de nomear o general Lino Oviedo para o Ministério da Defesa. Em discurso feito às 12 horas deste dia o presidente anunciou sua decisão de voltar atrás na nomeação de Oviedo, pois tinha decidido escutar o clamor popular que vinha das ruas. Ele se referia aos protestos dos paraguaios iniciados na tarde do dia 23 de abril com a notícia de que Oviedo seria ministro. O recuo de Wasmosy provocou euforia nas ruas de Assunção. Milhares de pessoas, em sua maioria jovens, ocuparam a praça diante do palácio do governo. Logo após o pronunciamento de Wasmosy, a embaixada americana em Assunção divulgou comunicado apoiando a decisão.

Segundo Neri (1996e), Brasil, Estados Unidos e Argentina tiveram papel importante na decisão de Wasmosy. Desde o dia 23 de abril seus embaixadores intermediavam um acordo para Oviedo não aceitar o Ministério da Defesa. Diante da recusa de Oviedo, passaram a tentar convencer Wasmosy a recuar. O acerto final aconteceu em uma reunião na manhã do dia 25 de abril na residência oficial do presidente. Estavam presentes os embaixadores do Brasil, Márcio de Oliveira Dias, dos EUA, Robert Service, membros do gabinete e comandantes militares (NERI, 1996g). Ainda segundo Neri (1996g) o presidente Fernando Henrique Cardoso teria telefonado para Wasmosy para convencê-lo a não dar posse ao general. Mas o que pesou mesmo na decisão foi a pressão da opinião pública.

Rossi (1996a) assinala que a crise vivada pelo Paraguai em abril de 1996 girou em torno de dois eixos fundamentais: a sucessão do presidente

Juan Carlos Wasmosy e a cisão aberta no Partido Colorado, ao qual pertenciam os dois personagens principais da crise: o próprio presidente e o general Lino Oviedo, declarado candidato às eleições presidenciais de 1998. Já Wasmosy era candidato a dar um autogolpe para se livrar de um Congresso onde não tinha maioria e onde corria contra ele um processo por corrupção. O risco Luíz Maria Argaña, um ex-ministro do presidente Alfredo Stroessner de ganhar a eleição primária dos colorados no dia 28 de abril de 1996, desafeto de Wasmosy e de Oviedo, colocaria em risco a candidatura do general Oviedo à presidência e fragilizaria Wasmosy no Congresso, exatamente em meio a um processo que poderia conduzir a seu impeachment. Conforme assinalado por Rossi (1996a) esta teoria não poderia ser facilmente comprovada em meio à confusão em que o país mergulhou.

Segundo Xavier (2010) o Conselho Permanente da OEA esteve reunido no dia 22 de abril de 1996, aprovando uma resolução de condenação à tentativa de golpe de Estado.

Da análise dos acontecimentos ocorridos no mês de abril de 1996, com a tentativa fracassada de golpe de Estado no Paraguai, constata-se que foi de fundamental importância a participação da diplomacia dos Estados Unidos, do Brasil e da Argentina na resolução do conflito. As notas de repúdio a tentativa de golpe militar emitidas pela Embaixada dos Estados Unidos e pelo governo brasileiro contribuíram para fortalecer as instituições democráticas do Paraguai. A ameaça, ainda que velada, de exclusão do Paraguai do Mercosul caso a tentativa de golpe tivesse sucesso enfraqueceu o movimento liderado pelo general Oviedo.

Conforme observado por Moniz Bandeira [4] "o Brasil não estava disposto a permitir um golpe de estado no Paraguai e contaria com o respaldo da Argentina e do Uruguai, dado que a ruptura da democracia política seria intolerável no Mercosul e também em termos do Grupo do Rio e da nova concertação no hemisfério. O compromisso com a democracia, ou seja, a

---

[4] ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (Org.).Relações Internacionais do Brasil:temas e agendas.São Paulo:Saraiva,2008, p.282-283.

chamada cláusula democrática do Mercosul, estava implícito no Tratado de Assunção".

A atuação dos embaixadores dos Estados Unidos, Brasil e Argentina durante a reunião com o presidente Wasmosy na manhã do dia 25 de abril fez com que este desistisse de empossar Oviedo no Ministério da Defesa, o que poderia trazer graves comprometimentos à normalidade institucional do Paraguai, já que a opinião pública e as demais instituições do Judiciário e Legislativo clamavam pela prisão do general Oviedo. No campo interno, a opinião pública foi decisiva no desfecho da crise, ao pressionar o governo a não aceitar os termos do acordo propostos pelo general Oviedo para por fim a crise - sua nomeação para o ministério da Defesa. As forças militares leais ao governo de igual maneira contribuíram para enfraquecer o movimento liderado por Oviedo.

Têm-se, portanto, nesta crise as seguintes variáveis como tendo contribuído com a resolução do conflito: no campo interno, coação, por meio de pressão da opinião pública sobre o presidente Wasmosy para voltar atrás na nomeação do general Oviedo para o cargo de Ministro da Defesa; no campo externo, negociação conjunta dos governos da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos e da OEA, por intermédio de seu secretário-geral e coação dos Estados Unidos e dos países do Mercosul em invocar a cláusula democrática do tratado constitutivo deste organismo. Ressalta-se que forças militares leais ao governo Wasmosy deram sustentação ao governo durante a crise.

4.3 A CRISE INSTITUCIONAL NA VENEZUELA - ABRIL DE 2002

A crise político-institucional iniciada em 11 de abril de 2002 na Venezuela teve início com a rebelião do comandante do Exército venezuelano, general Efraim Vásquez, outros dez altos oficiais das Forças Armadas e o vice-ministro da Segurança contra o presidente Hugo Chávez que exigiram sua renúncia, após violenta repressão do governo a megaprotesto promovido em Caracas que deixou ao menos 15 mortos e 88 feridos. Centenas de milhares de

venezuelanos participaram do protesto contra Chávez, considerado um dos maiores atos contra o presidente no cargo desde 1999. O protesto ocorreu após dois dias de greve geral convocada pela Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) e pela Fedecámaras (principal associação empresarial do país), associada a um duradouro protesto dos funcionários da PDVSA, a empresa estatal de petróleo. A greve geral, que inicialmente seria de 24 horas, passou a ter duração indefinida a partir do dia 11 de abril.

Os críticos de Chávez o acusaram de impor um regime esquerdista de modelo cubano no país e também o acusaram de não haver cumprido suas promessas eleitorais para reduzir a pobreza crônica no país, o alto índice de desemprego e a alta taxa de criminalidade. Com isso, o presidente Chávez começou a perder apoio popular e de políticos poderosos, como governadores antes aliados.

Sua relação com a imprensa, sempre conturbada, atingira o patamar de confronto aberto. A Igreja Católica também passou a criticar duramente o presidente, assim como as lideranças empresariais e os sindicatos, que haviam organizado com sucesso uma greve geral no final de 2001. Chávez entrara em choque com os EUA, que criticaram suas pressões sobre a imprensa, seu papel ambíguo em relação à guerrilha colombiana das FARC e sua aproximação com Cuba.

Na noite daquele dia surgiram informações desencontradas a cerca do paradeiro de Chávez. Em declaração à televisão o general da Guarda Nacional, Alberto Camacho Kairuz, declarou que o presidente havia abandonado suas funções e que o país estaria sob o controle das Forças Armadas, acrescentando não saber o paradeiro de Chávez. Já o secretário da Presidência, Rafael Vargas, afirmava que o presidente continuava no palácio presidencial e que a conspiração havia sido abortada. O perigo de um golpe militar foi negado pelo comandante do Exército e pelo ministro da Defesa, José Vicente Rangel. O general Vásquez pediu perdão pela violência da repressão e ordenou a todos os comandantes militares que permanecessem em suas unidades, afirmando não se tratar de um golpe de estado o que estava acontecendo.

O governo norte-americano, por meio do porta-voz do Departamento de Estado pediu às partes envolvidas na crise moderação em suas palavras e o compromisso com o diálogo, o respeito aos direitos políticos, e que se evitassem atos de violência.

Nos dias que antecederam a rebelião de 11 de abril, Hugo Chávez já vinha sendo alvo de críticas de altos oficiais das Forças Armadas. O contra-almirante Carlos Molina deu declarações exigindo a saída do presidente. Molina era o terceiro oficial a exigir a saída de Chávez. Pouco depois, o general Roman Gomez repetiu o pedido do almirante Molina, levantando sérias dúvidas sobre a suposta fidelidade dos membros das Forças Armadas ao presidente. No dia 9 de abril, o general Nestor González, o sexto militar a se manifestar contra o presidente, acusou Chávez de mentir sobre a presença das FARC no país. A dissidência mostrada pelos militares era pouco comum num país em que, geralmente, os militares demonstravam respeito pela autoridade dos civis. Em 1958, o Exército ajudou a população a depor o ditador Marcos Pérez Jimenez. Depois disso, os militares ficaram praticamente fora da política até o golpe frustrado de 1992.

Na madrugada do dia 12 de abril foi confirmada pelos militares a destituição de Hugo de Chávez que segundo eles teria renunciado após o uso de violência na repressão ao megaprotesto contra seu governo em Caracas que culminou com a morte de ao menos 15 pessoas. Segundo os militares, Chávez teria ordenado a milícias e a Guarda Nacional que atirassem contra os manifestantes do alto dos prédios. Em seu lugar, o alto comando militar empossou como presidente interino o líder empresarial Pedro Carmona que destituiu toda a Suprema Corte, dissolveu o Congresso e prometeu convocar eleições presidenciais em um ano e legislativas até dezembro de 2002. Por decreto, ganhou poderes para dissolver os Poderes em todos os níveis - nacional, estadual e municipal.

A destituição de Chávez foi possibilitada pela ação dos militares, mas ela não foi o seu estopim. A manifestação popular contra seu governo foi que motivou o levante das lideranças militares. O apoio popular a Chávez, que

chegou a cerca de 90% na época de sua posse para o primeiro mandato, no início de 1999, caiu para menos de 30% nas pesquisas às vésperas de sua destituição, em razão principalmente da sua incapacidade em cumprir com suas principais promessas eleitorais - o combate à corrupção e à pobreza.

A confusão legal quanto a constitucionalidade da posse de Pedro Carmona levou a OEA a analisar o processo para verificar se houve quebra institucional. Os simpatizantes de Chávez defendiam a tese de que houve um golpe de Estado, com a sua não renúncia e sim deposição, o que caracterizaria o rompimento da ordem democrática. Da mesma forma, a posse do novo presidente não seguiu os trâmites legais previstos pela Constituição bolivariana, aprovada em referendo em dezembro de 1999. Caso a organização concluisse pela quebra institucional, poderia colocar em prática pela primeira vez a "Carta Democrática", aprovada em setembro de 2001, que prevê sanções a qualquer um dos 34 países membros da organização que tenha rompido com a ordem democrática.

Na tarde do dia 12 de abril de 2002 o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso em entrevista lamentou os acontecimentos ocorridos na Venezuela condenando o golpe militar. De igual forma, os líderes do Grupo do Rio, reunidos na Cimeira da Costa Rica condenaram a interrupção da ordem constitucional na Venezuela.

No dia 13 de abril, um dia após assumir a Presidência provisória da Venezuela, o líder empresarial Pedro Carmona renunciou ao cargo após sofrer pressões por parte de militares que encontravam-se descontentes com os rumos e a própria existência do novo governo. Os militares que apoiaram o golpe, entre eles o comandante do Exército, Efraín Vásquez e o inspetor-geral da Guarda Nacional, Carlos Alfonso Martínez, não concordaram com a dissolução da Assembléia Nacional e com a violação de um acordo para que Chávez e sua família pudessem exilar-se em outro país. Houve um agravamento da situação após o comandante da Brigada de Paraquedistas se rebelar contra o governo provisório e se aquartelar junto a vários altos oficiais. A rebelião não foi necessariamente em apoio a Chávez, mas sim um protesto contra a forma encontrada para substituí-lo. Havia um acordo para que Chávez renunciasse dignamente num discurso à Assembléia Nacional.

Com o agravamento da crise, milhares de manifestantes pró-Chávez foram às ruas. Novos confrontos ocorreram, com mais mortos e feridos. Na tarde do dia 13 de abril Carmona anunciou que reconvocaria o Legislativo, por ele dissolvido no dia anterior, e que Chávez poderia sair do país. Num contragolpe, Carmona foi obrigado a renunciar e acabou sendo detido pelos militares. Em seu lugar foi empossado na Presidência o vice de Chávez, Diosdado Cabello, como previa a Constituição de 1999.

Ressalta-se que as principais emissoras privadas de TV da Venezuela após apoiarem ostensivamente as manifestações que precipitaram a queda do presidente Hugo Chávez fizeram um acordo para não exibir nem mencionar os protestos a favor do presidente deposto. Este fato foi duramente condenado pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

Numa reviravolta política, Chávez foi reempossado na presidência na madrugada do domingo, 14 de abril de 2002, dois dias após ter sido derrubado, em cerimônia organizada às pressas. Em seu discurso fez um apelo pela reconciliação nacional. A partir desde momento a crise esmaeceu-se.

No início da noite do dia 14 de abril, o Itamaraty divulgou nota oficial manifestando satisfação com a retomada da ordem constitucional e do processo político democrático na Venezuela, enfatizando que o acontecimento foi significatico para a reafirmação dos valores democráticos para a América Latina. A nota, também, reiterou o apoio ao papel que a OEA e o Grupo do Rio assumiram durante a crise.

A OEA teve fundamental importância no desfecho dos acontecimentos que culminaram com a volta de Chávez ao poder ao condenar a alteração da ordem constitucional na Venezuela e adotar resolução do seu Conselho Permanente apoiando o restabelecimento de uma democracia plena no país, fazendo referências ao artigo 20 da Carta Democrática Interamericana, que contém mecanismos que possibilitam uma reação imediata diante da ruptura da estabilidade constitucional em qualquer dos países que integram a organização.

Segundo Catanhêde (2002), em entrevista do chanceler Celso Lafer ao Jornal Folha de S. Paulo o caráter não democrático da renúncia forçada de Chávez ficou evidente desde o início e o Brasil foi importante para alardear essa percepção no plano internacional.

Os acontecimentos de 2002 na Venezuela fizeram parte de um ciclo de instabilidades políticas na América Latina iniciado em 1999, caracterizado pela eclosão da cidadania nas ruas, nascida de um profundo descontentamento político e social, após a derrocada dos partidos tradicionais e com os militares já não aspirando mais ao poder político. Este ciclo levou a destituição dos presidentes Raúl Cubas, Paraguai (1999), Alberto Fujimori, Peru (2000), Jamil Mahuad, Equador (2000), e Fernando de La Rúa, Argentina (2001).

Da análise do estudo dos três conflitos conclui-se que:

- a questão fronteiriça entre o Equador e o Peru de 1995 tratou-se de um conflito armado de curta duração;

- o caso paraguaio de 1996 tratou-se de uma crise político-institucional, iniciada com a tentativa de sublevação de militares;

- o caso venezuelano de 2002 tratou-se de um golpe de estado, com a deposição de um presidente eleito democraticamente, e um contra-golpe de reposição ao poder do presidente Hugo Chávez;

- as três questões tiveram curta duração;

- tanto a crise venezuelana quanto a paraguaia foram iniciadas por militares;

- na resolução dos três conflitos foram aplicadas as técnicas de negociação, no caso do conflito Equador-Peru, houve mediação dos países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942;

- foram aplicadas técnicas de coerção pelo Mercosul e EUA, para a resolução da crise paraguaia;

- a OEA utilizou-se de coerção para com os golpistas que destituíram

Chávez do poder;

- foi de fundamental importância a pressão da opinião pública na resolução do conflito na Venezuela e no Paraguai;

- a OEA esteve mediando a crise paraguaia e a venezuelana;

- o Brasil teve uma destacada atuação na solução dos conflitos; e

- os EUA continuam a ser um ator importante na resolução dos conflitos latino-americanos.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, verificou-se a teoria geral do conflito e o desenvolvimento dos conflitos na história recente da América Latina e mecanismos utilizados em sua resolução. Contribuir com este indispensável conhecimento foi objetivo e fim do presente trabalho.

A despeito dos progressos institucionais verificados a partir do processo de redemocratização da região, a história recente da América Latina é marcada por profundas mudanças políticas e econômicas. Suas democracias têm bases frágeis, pois se assentam sobre desigualdades sociais extremas e instituições políticas ainda em fase de consolidação. A partir dos anos 90 do século passado, o descrédito com o regime democrático, resultante da desmoralização de partidos e de muitos políticos; o funcionamento precário das instituições; a decepção com os frutos sociais da democracia, neste último caso produto da ilusão de que a democracia daria de tudo a todos, favoreceram a emergência de líderes carismáticos e neopopulistas com plataformas políticas diversificadas, cuja inclinação autoritária é evidente, motivo de focos de tensão verificados na região.

Comparativamente com a situação observada em outras regiões do planeta, a América Latina pode ser considerada com uma das mais estáveis regiões do mundo.

No tocante a América do Sul, no Cone Sul as questões geopolíticas de risco estão praticamente controladas. Na América Andina, na Colômbia e na Venezuela se localizam os maiores focos de tensões geradoras de conflitos.

Tem sido cada vez mais frequente o uso de organismos internacionais como a OEA e a UNASUL para a resolução de conflitos na região. Estas organizações incorporam cada vez mais a exigência de seus membros contarem com regimes de natureza democrática. Seus membros vêm sendo obrigados pela estrutura jurídica da organização a incorporarem cláusulas democráticas de compromisso e de acatamento obrigatório como um requisito

sistêmico de adequação às necessidades normativas de ordenamento, equilíbrio e estabilidade da política internacional no continente.

No estudo dos conflitos analisados neste trabalho constatou-se que o Brasil cada vez mais tem tido participação ativa e de liderança no processo de resolução dos conflitos na região, assim como os EUA continuam a desempenhar papel de protagonistas na solução de controvérsias no continente.

A presença de militares como agentes iniciadores das crises político-instituicionais do Paraguai, 1996, e Venezuela, 2002, evidenciam a falta de amadurecimento das instituições destes dois países.

A opinião pública tem dado mostras de sua capacidade de mobilização e de ter força para exercer pressões sobre governos, no sentido de solucionar conflitos.

Assim, acredita-se que, ao término deste trabalho, venha a se entender como se desenvolvem os conflitos na América Latina e os mecanismos utilizados em sua sua resolução.

Segundo Bouthoul (1984) o conflito armado, ou a guerra desempenha uma função destruidora imprescindível para a humanidade. Dito de outro modo, “a guerra é um mal necessário”. E continuará sendo, enquanto a humanidade não encontrar uma instituição volvida para a paz que a substitua no cumprimento de seus fins, de função sociológica, ao longo dos tempos.

REFERÊNCIAS

AITH, MARCIO. Novo presidente dissolve Poderes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2002. p.A-13.

_____. Carmona renuncia e vice de Chávez assume. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2002. p.A-24.

_____. Junta teria desrespeitado acordo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2002. p.A-24.

_____. EUA desestimularam golpe contra Chávez. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2002. p.A-19.

_____. Emissoras censuram cenas de protesto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2002. p.A-25.

_____. Reempossado, Chávez pede "reconciliação". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 2002. p.A-8.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil e a América do Sul. In: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos. (orgs) **Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2008. 356 p.

BOUTHOUL, Gaston. Tratado de Polemologia (sociologia de las guerras). [Madrid]: Servicios de Publicaciones del E.M.E, 1984.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa.** Brasília, DF, 2007.

CANNABRAVA, Ivan. **O Processo de Paz Equador-Peru: 1995-1998**. [2003]. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/.../capitulo11.html> Acesso em: 30 jan. 2011.

CANTANHÊDE, Eliane. Governo brasileiro comemora retorno do presidente ao poder. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 2002. p.A-19.

_____. Governo brasileiro comemora retorno do presidente ao poder. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 2002. p.A-19.

CERVO, Amado. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Clausewitz, trechos de sua obra**. Seleção e

introdução de Roger Ashley Leonard. Tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. Revista de Sociologia e Política, nº 27, nov. 2006, p. 107-123. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/08.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2011.

COUTO, Abel Cabral. **Elementos de estratégia**. [Lisboa]: T. Nova Esperança, Ltda.1988.

DA SILVA, André Luiz Reis. **A América do Sul na Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso: um legado para o governo Lula?** [2002]. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo3169.pdf> Acesso em: 30 jan.2011.

DOS SANTOS, J. Loureiro. **Incursões no Domínio da Estratégia**. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. 385 p.

DUARTE VILLA, Rafael A. A questão democrática na agenda da OEA no pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia e Política**, nº 20, jun 2003, p. 55-68.

ECUADOR. Ministerio de Relaciones Exteriores. **El Problema Territorial Ecuatoriano-Peruano: Del Conflicto del Cenepa a la Busqueda de La Paz**. [Quito]: 1995.

FOLHA DE S. PAULO. General paraguaio desafia presidente. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, 23 abr. 1996. p.1-15.

_____. Chávez enfrenta rebelião após megaprotesto. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, 12 abr. 2002. p.A-10.

_____. População cobra promessas não cumpridas. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, 12 abr. 2002. p.A-10.

_____. EUA pedem diálogo e moderação. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, 12 abr. 2002. p.A-10.

_____. Latino-americanos pedem eleições. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 abr. 2002. p.A-17.

FORERO, JUAN. Apoio militar a presidente é incerto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2002. p.A-10.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização no século XXI**. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. 168 p.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Tradução de Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 445 p.

LEITE, RODRIGO. Estudantes fazem manifestações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1996. p.1-15.

NERI, EMANUEL. Rebelde vira ministro da Defesa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1996. p.1-16.

_____. Assunção mantém a calma, mas protesta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1996. p.1-16.

_____. Wasmosy sela acordo, mas mantém crise. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 abr. 1996. p.1-14.

_____. General ameaçou atacar residência do presidente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 abr. 1996. p.1-14.

_____. Wasmosy rompe acordo com golpista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1996. p.1-16.

_____. À paisana, Oviedo faz comício. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1996. p.1-16.

_____. FHC convenceu Wasmosy a agir. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1996. p.1-16.

MORAES, Márcio Senne de. Chávez provocou a crise, dizem os EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2002. p.A-18.

NYE, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à Teoria e à História**. [Lisboa]: Gradiva, 2002. 304 p.

PERU. Oficina de Información del Ejército. **Perú-Ecuador: Acuerdos Definitivos del Diferendo Limítrofe**. [Lima]: 1998.

RAYA, Maria Angustias Caracuel. **Resolución de conflictos en la posguerra**

fria. Revista Del Ejército de Tierra Español, Madrid, n. 701, p.36-41, 1999.

ROSSI, CLÓVIS. Conheça as razões da crise política. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1996. p.1-15.

_____. Mercosul fez ameaça a general. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1996. p.1-16.

_____. Solução acentua ânimo para aprovar impeachment. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1996. p.1-16.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. OEA pode chamar chanceleres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 fev. 1995. p.1-16.

TORRES, Sergio. FHC diz que país vizinho precisa de eleições. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2002. p.A-17.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, O Estado e a Guerra**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 331 p.

WASSERMANN, Rogerio. Situação é incerta, com rumores de golpe. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2002. p.A-12.

_____. Situação é incerta, com rumores de golpe. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2002. p.A-12.

_____. Apoio militar evaporou com apoio popular. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2002. p.A-15.

_____. Oposição usa vácuo legal para se justificar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2002. p.A-16.

XAVIER, Elaine de Melo. **A UNASUL e a OEA na Resolução de Conflitos Sul-americanos**. 2010. 63p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

ANEXO A

CONFLITOS NAS AMÉRICAS EM 2010

Name of conflict[1]	Conflict parties[2]	Conflict items	Start	Change[3]	Int.[4]
Argentina - Iran (AMIA)*	Argentina vs. Iran	other	1992	•	1
Argentina - United Kingdom (Falkland Islands)	Argentina vs. United Kingdom	territory, resources	1945	↗	2
Bolivia (opposition)	opposition vs. government	autonomy, system/ideology, national power, resources	1983	•	3
Bolivia - Chile (border)*	Bolivia vs. Chile	territory, resources	1945	•	1
Brazil (MST)*	MST vs. government	resources	1995	↘	1
Canada (Bloc Québécois/Quebec)*	Bloc Québécois vs. government	secession	1945	•	1
Chile (Mapuche/Araucanía)*	Mapuche groups vs. government	secession, resources	2008	↘	2
Chile (opposition)*	opposition vs. government	system/ideology	2006	•	1
Chile (Rapa Nui/Easter Island)	Rapa Nui vs. government	secession	2010	NEW	2
Chile - United Kingdom (Antarctica)*	Chile vs. United Kingdom	territory, resources	2007	•	1
Colombia (ELN)*	ELN vs. government	system/ideology, regional predominance, resources	1964	•	3
Colombia (FARC - ELN)	FARC vs. ELN	system/ideology, regional predominance, resources	2006	•	3
Colombia (FARC)	FARC, government	system/ideology, regional predominance, resources	1964	•	4
Colombia (paramilitary groups, drug cartels)	paramilitary groups, drug cartels vs. government	regional predominance, resources	1995	•	3
Colombia (various indigenous groups)*	various indigenous groups vs. government	system/ideology, resources	2005	•	2
Colombia - Ecuador*	Colombia vs. Ecuador	international power	2005	•	2
Colombia - Venezuela (Monjes Islands)*	Colombia vs. Venezuela	territory, resources	1945	•	1
Colombia - Venezuela (system)	Colombia vs. Venezuela	system/ideology, international power	2004	•	2
Costa Rica - Nicaragua (Rio San Juan)	Costa Rica vs. Nicaragua	territory	1945	↗	2
Dominican Republic - Haiti*	Dominican Republic vs. Haiti	other	2009	↘	2
Ecuador (opposition)	opposition vs. government	system/ideology	1980	•	3
Guatemala (various drug cartels)*	drug cartels vs. government	regional predominance, resources	2009	•	3
Guatemala (various opposition groups)*	rightwing militant groups vs. leftwing militant groups	system/ideology, national power	1960	•	2
Guatemala - Belize (territory)*	Guatemala vs. Belize	territory	1981	•	1
Haiti (oppostion)	opposition vs. government	national power	1986	•	3
Honduras (opposition)	opposition vs. government	system/ideology, national power	2009	↘	2
Mexico (APPO)*	APPO vs. government	system/ideology	2006	↗	3
Mexico (drug cartels)	drug cartels vs. government	regional predominance, resources	2006	↗	5
Mexico (EPR/Guerrero)*	EPR vs. government	autonomy, system/ideology	1995	↘	2
Mexico (EZLN/Chiapas)*	EZLN vs. government	autonomy, system/ideology, resources, other	1994	•	3
Mexico (opposition)*	opposition vs. government	national power	2006	•	1
Nicaragua (various opposition groups)*	various opposition groups vs. government	system/ideology, national power	2008	•	3
Nicaragua - Colombia (sea border)*	Nicaragua vs. Colombia	territory, resources	1945	↗	2
Panama (opposition)	opposition vs. government	system/ideology	2008	↗	3
Paraguay (various opposition groups)	various farmers organisations, various indigenous groups, EPP, landless people vs. government	system/ideology, resources	1989	•	3
Paraguay - Bolivia*	Paraguay vs. Bolivia	territory	1945	END	1
Peru (oppostion)	opposition vs. government	system/ideology, resources	2008	•	3

Name of conflict[1]	Conflict parties[2]	Conflict items	Start	Change[3]	Int.[4]
Peru (Shining Path)	SL vs. government	system/ideology, regional predominance, resources	1980	↘	3
Peru - Chile (border)*	Peru vs. Chile	territory, resources	1945	•	2
Uruguay - Argentina (Uruguay River)	Uruguay vs. Argentina	resources	2006	END	1
USA - Cuba (Guantanamo)*	USA vs. Cuba	territory	1959	•	1
USA - Cuba (system)*	USA vs. Cuba	system/ideology, international power	1959	•	2
USA - Mexico (border fence)	USA vs. Mexico	other	2001	•	2
USA - Venezuela (system)*	USA vs. Venezuela	system/ideology, international power	2001	•	2
Venezuela (opposition)	opposition vs. government	system/ideology, national power	2000	•	3

Legenda

[1] Conflicts marked with * are without description
[2] Mentioned are only those conflict parties relevant for the period under review
[3] Change in intensity compared to the previous year: ↑ or ↗ escalation by one or more than one level of intensity; ↓ or ↘ deescalation by one or more than one level of intensity; • no change
[4] Levels of intensity: 5 = war; 4 = severe crisis; 3 = crisis; 2 = manifest conflict; 1 = latent conflict

Anexo A - Conflitos nas Américas em 2010
Fonte: *Heidelberg Institute - Conflict Barometer* 2010 (2010, p. 45 e 46)